

Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

## **Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, pela tangente**

**RUY DUARTE DE CARVALHO**

Foi a rádio que me alertou para o evento: alguém que, em correspondência de Luanda e nas ondas de uma grande estação estrangeira, na sua emissão das sete e meia da tarde, se insurgia e argumentava contra. Eu estava a mudar as pilhas da lanterna, meio distraído, e o que me reteve mais imediatamente a atenção foi a vertente «indigenista» dessa argumentação, que eu não sabia tão presente em Luanda mas de que mais tarde viria a ter a confirmação quando, tendo descido ao Namibe, me deram a ler alguns exemplares de uma certa imprensa faximilada que se edita na capital. A peroração em curso incidia objectivamente sobre a criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (cplp), que entretanto se consumava em Lisboa. Não me detive tanto (era melhor, com esta idade!) nas razões do veemente argumentador que se autotranscrevia de «autóctone» sem saber, evidentemente, o que estava a dizer (autóctone é, de acordo com o dicionário, quem não provém de emigração nenhuma e aqui, que eu saiba, talvez nem os chamados pré-bantu nem os kung possam gabar-se disso), quanto na evidência de que a coisa era já um facto, não apenas porque fora formalmente instaurada e preencheria a agenda das cúpulas das sete instâncias nacionais oficialmente subscritoras da propriedade e do uso da língua portuguesa, mas também porque dessa elaboração política e diplomática ocorria já a repercussão no social comum e corrente, neste caso através da produção de testemunhos e de discursos, da definição de posições e da sua difusão a tão largas audiências.

Eu acabava de fazer, a partir de onde agora ouvia as notícias da formação da cplp, uma grande viagem que me levara até Windhoek, e que de lá para cá me trouxera pelo noroeste da Namíbia, região do Kaoko, confinante ao nosso sudoeste. Isso colocara-me em situações de ter experimentado incidências particulares do elemento de cultura que a língua constitui. E agora ali, de novo implantado no sudoeste pastoril donde saíra para ir espreitar do lado de lá do Cunene (a ver se finalmente fechava algumas pistas de inquérito para passar à escrita, às escritas)<sup>1</sup>, a questão da língua e das línguas, do português como língua de contacto e da sua interferência no meu programa de decifração de lógicas e de linguagens, fazia de novo parte, porque incontornável, das problemáticas que o meu trabalho, desde o princípio, me impunha. Ainda que de longe, e subsidiariamente em relação ao que andava a fazer, portanto, a questão da constituição da cplp não podia deixar de articular-se à matéria das minhas reflexões.

Pouco tempo depois tratei do meu regresso a Luanda. Na cidade do Namibe, a base, fui posto ao corrente dos preparativos para festejar o dia da cidade, que é o 4 de Agosto, data em que, há cento e quarenta e sete anos, chegou ali a primeira colónia de portugueses vindos de Pernambuco, empurrados pela «revolta praieira». De novo, assim, algo me remetia para os contornos de uma «comunidade». E tendo entretanto arranjado maneira e aproveitado o privilégio de viajar para Luanda a bordo de um navio de cabotagem, aventura suplementar e grata, embarquei no Tombwa (ex-Porto Alexandre) e deu-se o caso de navegar em frente da baía de «Moçâmedes» exactamente na tarde do dia 4 de

Agosto, a ponto de imaginar cruzar-me ali com a barca «Tentativa Feliz» e acenar aos Abreu e Castro e aos Mendonças que então devem ter sentido um grande aperto na boca do estômago ao deparar com o aparente deserto do seu destino, que eu agora também dali via, certamente sob um equivalente céu de cacimbo, cinzento, pesado e baixo. E, por ali fora e até Luanda, vieram-me ocorrendo triangulações atlânticas e outras.

Em Luanda é o correio a remeter-me às lusofonias. E depois o telefone. Não há fuga possível. Mas se me pedem para produzir um texto sobre a constituição da tal cplp, naturalmente hesito. Na verdade, se a questão da língua e das linguagens se me tem imposto com regularidade no âmbito do trabalho que predominantemente me vem ocupando, o mesmo não posso dizer da questão específica da lusofonia ou dos arranjos institucionais que à sua volta se têm urdido. Ir ao Brasil sempre perturba, é certo, e dá sempre vontade de pegar nalguma pista, como à frente talvez venha a referir. Mas o concreto da vida, pessoal e profissional, o curso das coisas, embora se inscreva no espaço de uma língua oficial determinada e veicular, e mesmo nalguns aspectos de uma matriz cultural talvez comum, apropria-se dessa língua e dessas referências culturais mais como parte da substância social sobre a qual actua do que como referentes recuperáveis para a reflexão. O que há a tratar, no que respeita à produção da vida e mesmo às especulações que lhe estejam ligadas, remete quase sempre a componentes mais imediatamente determinantes, ou mesmo vitais. Para ser directo: no lugar onde eu ouvira as tais notícias, não só para as pessoas de lá mesmo, abrangidas doravante por uma fórmula institucional fundamentada no uso comum de uma língua que eles só parcial e subsidiariamente praticam, mas também para mim, posto ali e preocupado com o dia a dia deles, o que ouvíamos soava a longe, era o meu caso, e a vago, como tudo o que ocorre de Benguela para lá, para a grande maioria dos «lusófonos» presentes. Lusófonos? Lá chegaremos...

Assim, a dizer qualquer coisa sobre o evento ou a partir dele, só sendo para assinalar que por estes lados, pelo menos tanto quanto posso testemunhar enquanto sujeito observante por definição de ofício, o processo institucional da lusofonia ocorre é mais como distante e alheio. Já é dizer alguma coisa. Ou então reconhecer que, ainda assim, o circuito periférico que acabo de cumprir nos últimos meses nunca deixou de colocar-me interpelações, algumas muito precisas, que não me permitem evitar o assunto. Tanto mais que, entretanto e já depois de ter regressado a Luanda, estive uns dias no Lubango e cumprí uma pequena estadia no Huambo e que daí resultaram também impressões ligadas, de novo, ao tema. Pelo que, de facto, prevale a hipótese de poder responder à colaboração que me é pedida: desde que, evidentemente, não perca de vista que para mim e para as situações que me ocuparam o mundo correu, de facto, indiferente e à margem das diligências, do enredo ou dos interesses que terão ilustrado a assinatura dos estatutos e da declaração constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Na Namíbia, em Okangwati, a norte de Opuwo, capital do Karoo, a caminho e a cerca de quarenta quilómetros das quedas da Epupa, sobre o Cunene, onde se projecta construir uma barragem hidroeléctrica que dá muito que falar na Namíbia, porque afecta populações, mas que em Angola pouco ou nada se refere, embora a maioria das tais populações pertençam mais ao lado de cá, sou definitivamente confrontado com a questão que já me vinha trabalhando: das possíveis manifestações dinâmicas do uso de uma língua que sendo parcial ou totalmente comum e estatutariamente veicular pode,

conforme as circunstâncias, ser objecto de projecção ou de retracção em função dos comportamentos espontâneos ou das estratégias que a veiculam.

Eu vinha de Windhoek onde em mais de uma loja ou restaurante, sabendo que me dirigia a portugueses na sua maioria saídos de Angola no decurso do processo da independência, tinha procurado resolver-me em inglês para não me ver eventualmente forçado, uma vez mais e se a conversa em português me revelasse expressamente a origem, a comentar com eles a actualidade em Angola. Aí era eu que me retraía enquanto lusófono. Em Opuwo, quando o guia hereró que por acaso arranjei me levou, por gentileza e sem pré-aviso, a conhecer os mestiços angolanos que por lá abundam, comerciantes na sua maioria empurrados para lá pela nossa guerra, a retracção foi da sua parte, por ser evidente que eu e os que me acompanhavam éramos gente do lado do governo, enquanto eles estavam ali por serem ou terem sido da outra «parte», no vaivém das conquistas e dos recuos. De qualquer forma, o hereró namibiano que nos estava a pôr em contacto entendia-nos a todos angolanos e assentava o seu julgamento sobretudo na circunstância de utilizarmos uma língua comum.

Agora ali, em Okangwati, tendo parado numa cantina à beira da estrada para beber uma cerveja, quando comentávamos em português as opções da oferta em stock, meia dúzia de circunstâncias, clientes também, precipitaram-se sobre nós a projectar o seu domínio da língua portuguesa: Kurokas, Himbas e Hakahonas, em trânsito ali ou residentes, mas cidadãos do lado de lá, angolanos, também lusófonos. Eufóricos, traduziam solidária e identificatoriamente a sua lusofonia como razão bastante para generosos abraços e confraternização nos consumos. Gente igual a gente que, do lado de Angola, perante alguém como eu ou parecido, que chega de jipe e não se sabe ao certo quem é mas cheira, pelo aspecto, a poder ou a qualquer coisa a ele inevitavelmente ligado, quase sempre ao primeiro contacto e até ter aferido bem os casos, se recusa a falar português ou a dar mostras de entendê-lo, e só admite o diálogo ou a mais elementar comunicação verbal por intermédio de intérprete. A língua portuguesa, em tais circunstâncias de lugar e tempo, ocorre ainda hoje, imediatamente, mais como instrumento de dominação ou de intrusão do que de comunicação solidária e de identificação de interesses. Tenho enfrentado, nas minhas indagações de terreno muitas obstruções ligadas a esta complexidade, que é preciso experimentar se se quiser levar a questão de uma língua comum à extensão possível de uma análise adequada.

Anoto, pois: projecção e retracção da língua (passe a formulação um tanto equívoca) – ver se um dia dá para saber o que existe já e o que se pode acrescentar e explorar.

Da formulação equívoca, antes, à formulação cínica, agora, de quem se viciou na desconfiança:

A sensação de que, por enquanto, aquilo que está em curso se trata mais de uma antecipação política. Criada a instituição, vão-se criando, dentro dela, através dela, a partir dela, os espaços, as filosofias, os dispositivos, as «marcas» capazes para preceder e preparar uma efectiva actuação futura, quando vier a ser, ou sempre que for, caso disso. Definir territórios imprimindo «cheiros», como usam fazer os machos de inúmeras espécies animais? Hipótese confirmável ou apenas conjectura minha, impressionista e suspeita: um lugar de disputa de hegemónias e de dividendos a haver a par de uma difícil, cortês e prudente indiferença, ou mesmo resistência, percepção cabal de condenação à

condição de reserva de recursos por parte de outros alguns? Implica quem e a partir do quê? Identidade de referência: dado ou projecto?

Trata-se de sublinhar, de sublimar, de explorar ou de rentabilizar referências, dados comuns? De inventariar e reconhecer fenómenos com base na presença dessas referências comuns ou de conceber interacções, inter-relações ou projecções legitimadas pelo consenso prévio de uma ordem política ou tática? De uma proposta de comunhão identitária tributária de exaltações românticas de passados, culpas e desculpas, ou atenta a uma equivalência de respostas perante incidências dinâmicas presentes e futuras? Tem em conta as potencialidades imediatas dos respectivos mercados ou visa o interesse potencial de entrada geográfica que cada entidade geopolítica implicada constitui? Pode não ser nada disso, é certo, mas dá para pensar.

No próprio dia em que estou a escrever isto é anunciado no jornal da televisão que o Presidente do Brasil vem aí... Não nos deixemos cair em tentação de tecer mais conjecturas. De qualquer forma, uma visita a acompanhar: o preenchimento da agenda, os discursos oficiais, o acompanhamento que lhe for dispensado pelas imprensas, a nacional, a brasileira, a portuguesa... os acidentes de percurso e o tom geral da excursão, o lugar que os diversos sectores, actividades, seus representantes, ministérios e forças vivas vierem a jogar na densa trama dos encontros, das declarações explícitas e das evidências implícitas, das entrelinhas capazes de estimular especulações e hipóteses.

As relações entre o Brasil e Angola inscritas na longa duração serão chamadas a intervir daquela maneira depurada, evocativa e mítica que a história se encarrega de ajustar aos programas e às intenções, às operações do presente e às declarações para um futuro que se inscreva no desenvolvimento da lógica eleita, sublinhada, demonstrada. Dos termos exactos do jogo imediato que envolve o Brasil no caso de Angola pouco transpirará, talvez, que não se inscreva na menção e na comprovação dos bons ofícios e dos meios investidos na almejada resolução do nosso impasse. A margem de uma leitura que tenha em conta todas as observações susceptíveis de informar uma análise política, eis uma excelente oportunidade, sem dúvida, para deixar emergir, também, a nível privado e em termos de simples notas destinadas a um hipotético futuro investimento especulativo, como estas, questões que remetam aos fundamentos das múltiplas implicações entre o Brasil e Angola: as razões do Itamarati, sem dúvida, e dos investidores e do capital, mas também as que decorrem de os dois países serem hoje o resultado da expansão europeia que lhes deu origem. E de que forma os processos que haveriam de conduzir à configuração dos Estados modernos em presença, ao mesmo tempo que se implicavam se distinguiam também logo à partida: expansão europeia, triangulação atlântica, interpenetrações demográficas e culturais. A invocada, ao tempo, inadequação ou insuficiência numérica, ou a marginalização e a dizimação, do indígena índio e a articulação ao processo brasileiro da mão-de-obra africana. Implicações: o Brasil, durante um extenso e marcante tempo das histórias comuns desempenha o papel de efectiva metrópole em relação a Angola... Outros dirão, melhor do que eu...

A ocupar-me de matérias ligadas às relações Brasil-Angola, ver-me-ia prioritariamente inclinado a enfrentar questões mais próximas: o lugar de Angola nos imaginários brasileiros, ou vice-versa, mais tarde. Para já, Angola nos imaginários político, diplomático e empresarial brasileiros. Trabalham sobre um conjunto de dados capaz de facultar uma percepção fiável dos contornos, ou dos conteúdos, de comunicação

diferenciada, particularizada, ou sobre projecções macro que situam os dois países, tão-só e basta, uma grelha universal de dependências e de horizontes de influência mercantil, tecnológica ou financeira, o todo temperado com meia dúzia de clichés elaborados e adaptados pelos comissionistas da «cultura»? Ou então a abordagem das curiosidades e dos interesses actuais ou historicamente recentes de certos sectores da inteligência brasileira pelo objecto Angola depois da independência: o caso de intelectuais que até há bem pouco tempo tanto investiram, no quadro das suas actividades académicas, em materiais a que eles mesmos se encarregaram de conferir estatuto. Estou a falar do interesse que a episódica expressão literária angolana lhes veio merecendo até o assunto, parece, se ter esgotado, quando deixou de ser possível continuar a sustentá-lo através de um voluntarismo militante e por uma solidariedade revolucionária que conferia peso de literatura àquilo que efectivamente o não era. Teria sido oportuno e mesmo necessário, em meu entender, passar de um primeiro grau de análise sociológica das escritas ao tratamento de significantes, que bem poderiam continuar a ser tidos como sociológicos, de uma efectiva substância literária onde a houvesse. Ou de um outro tipo de interesse, ou mesmo ansiedade, cultivado por outros sectores de intervenção, como as falanges do movimento negro do Brasil voltadas para Angola à procura de raízes e de legitimação identitária. Ou então ainda, ambição mais ampla, o lugar de Angola no real imaginário popular brasileiro. No meio de tanta galinha-d'angola, capoeira de angola, macumbas, cultos, folclores, expressões e esoterismos em quimbundo e tanta referência a Luanda, que ideia afinal prevalece de Angola? Potencial a explorar? Visão a corrigir? Em intenção ou ao serviço de quem, a bem de quê? Do conhecimento, só? Quem paga?

O Brasil, ainda e sempre. Correspondência chegada de Paris convoca-me para uma reunião a ter lugar na Sorbonne para discutir «ideologias coloniais e identidades nacionais nos mundos lusófonos» num quadro de «estudos sobre o lusotropicalismo» e visando também a preparação do próximo número anual da revista *Lusotopie* que vai ocupar-se dos «Enjeux contemporains dans les espaces lusophones». Todo um programa. Sou desta forma chamado à razão: prometi um artigo em que me propunha «Reler Gilberto Freire, sem paixão». Precipitação minha, sem dúvida. Não posso dispersar-me desta forma e, folheando *Aventura e Rotina*, que tenho à mão, não me parece possível, de facto, reler Gilberto Freire sem paixão. A impressão que de novo recolho é circunstancialmente amparada por uma definição de lusotropicalismo que a consulta de um pequeno dicionário de etnologia (Panoff & Perrin, Payot, Paris, 1973), no meio de uma aula, me põe diante dos olhos: «Lusotropicalismo – neologismo forjado (...) para designar a acção dos trópicos sobre os Brancos e as suas culturas». Un point, c'est tout, como dizem os franceses.

Mas o regresso a casa e aos meus livros prepara-me a cilada e passando por cima de Gilberto Freire estou de novo a navegar, com inequívoca paixão, nos mundos de Euclides da Cunha e de Guimarães Rosa. Tudo aí remete a mestiçagens: genéticas, culturais, da própria língua. Interessa-me mais. Será, de alguma forma, Gilberto Freire ao contrário. E o resto de uma intenção quase esquecida interpela-me outra vez: alguma coisa à volta da permanência nos trópicos de expressões culturais europeias que entretanto na Europa se tenham extinto. Penso, por exemplo, e para começar pelos materiais de que presentemente me ocupo, nos vestidos vitorianos que as mulheres hereró da Namíbia usam hoje e são uma expressão da sua «diferença». Adoptaram-nos quando alguns dos

hereró que sobreviveram à guerra com os alemães em 1913 foram acolhidos pelas missões luteranas. Mas penso também, regressando aos «espaços lusófonos», nas danças de quadrilha que são a rebita daqui e as contradanças de Cabo Verde, na festa da bandeira de S. Filipe do Fogo, no teatro «tyiloli» de S. Tomé, nas certamente inúmeras manifestações do mesmo sinal por todo o Brasil – Euclides da Cunha, de novo, excelente entrada – e por aí fora. Outra releitura de acaso, Os Passos Perdidos, de Alejo Carpentier, garante-me que o fenómeno há-de alargar-se a todas essas margens do mundo.

Regressando à «terra», aos assuntos correntes, à trama local que informa a substância sobre a qual há-de urdir-se o desempenho de uma comunidade de países de língua portuguesa. No Huambo registo uma confirmação: a audiência da música brasileira em Angola, sobretudo a de conotação mais ou menos sertaneja (Roberta Miranda, de equívoca importância, parece, no Brasil, há muitos anos que é entre nós um caso) ou à maneira de Roberto Carlos, surpreende os próprios brasileiros. Asseguram-mo os que aí estão destacados nas fileiras da unavem ou das frentes humanitárias. Instalado, por dever de ofício, numa residência de expatriados onde se concentram, ao fim do dia e à luz da vela, contingentes apreciáveis destes socorristas de Angola para confrontar as suas desencantadas impressões «d’Afrique», assisto e esforço-me por não participar num animado debate em que se discute se o destacamento brasileiro deve ou não continuar a promover festas e animações. É que, da última vez, porque do programa constava a deflagração de fogo de artifício, os rebentamentos assustaram a população, traumatizada ainda por outra ordem de explosões, letais e passíveis de voltar à cena. Mas a própria população espera é festa da parte de brasileiros. Festa, novela, música, jogo de cintura, resposta pronta e solução para tudo. Saio para o quintal em busca de ar e de noite.

No escuro vou sentar-me ao pé do guarda da casa. Ficamos a ouvir, na onda curta do seu velho aparelho, o relato de um encontro entre o Porto e o Boavista, julho. «– E você, de qual é? – Eu cá, quando torço, é pelo Benfica. Tu também? – Eu não. Eu é mais é pelo Sporting».

Assim, no comum dos casos, na vida do dia a dia que mais se ocupa é da vida, do Brasil novela e samba e futebol português. O resto é consumo urgente, nem dá para ver donde vem.

Do Namibe, ainda anteontem, pelos canais da tpa, pela voz do presidente do recentemente ressuscitado Sport Moçâmedes e Benfica é anunciada, e testemunhada através da imagem, a reabilitação do parque infantil de cuja fauna exposta, antes abundante, só resta mesmo o camelo e macaquinhos à solta porque assim olham por si e assaltam os quintais para roubar fruta como todos afinal, e em qualquer parte do mundo, fizemos quando crianças. Para festejar o evento, notáveis da terra, em que reconheço kimbaris de prestígio, patricios do lugar, disputam-se à desgarrada. Fado puro, redondilhar menor, inclui mesmo a guitarrada de um mulato que se excede. Dois mucubais, de longe, desfrutam de pé a cena e os panos que vestem, batidos pelo vento, ao letrado que eu sou lembram togas romanas.

Cada um vive o que sente sem precisar de argumentos e a cultura é isso mesmo, cada um exprime a que tem. Ao analista o esforço de inventariar sistemas e questionar o que vê. Antes vivesse, talvez, apenas e mais conforme à inspiração e ao lugar... É o preço da «argúcia» que investe e, para viver, anda a ver se vende!

Voltando ao sério, sem sair dos factos: reunião em Luanda da sadc<sup>2</sup>, para dar um empurrão ao processo angolano.

A multiplicidade das articulações identitárias. Era nisso que pensava quando no mar, do Tombwa para Luanda, aferia aquela articulação que o Atlântico facultava, impunha mesmo como resultado da História e na esteira dos rumos, das rotas da expansão e «dos escravos», a outras articulações, tais aquela que me fizera ir à Namíbia e voltar sem cair fora de uma continuidade linguística, territorial, ecológica, produtiva e cultural (de uma identidade, em suma) hereró. Há fatalidades atlânticas, bem entendido, mas há também outras e muito incontornáveis implicações e parcerias regionais, continentais, políticas, ideológicas e simplesmente pragmáticas, para já não falar das étnicas e culturais, sempre discretamente temidas e preteridas a partir das outras lógicas. A articulação de Portugal à Europa, por exemplo, do Brasil à oea, da Guiné-Bissau à francofonia, de Moçambique à Commonwealth e com Angola à sadc.

Várias constelações, portanto, e cada país fazendo parte de mais que uma, lealdades e compromissos assumidos simultaneamente em mais de uma frente... Pela lógica, dá para pensar, funcionará enquanto as várias constelações a que cada país pertence não se disputarem interesses que o forcem a definir-se perante a ambiguidade. Matematicamente arriscando, a actuação de cada país dentro de cada articulação, e entre elas e os parceiros que as constituem, através delas, acrescida do facto que a sua soberania titular e impartilhável traz implícita a obrigatoriedade de assegurar relações bilaterais com todos os países do mundo, como consta nos passaportes, será difícil conceber, pelo menos para quem não é político nem de profissão nem de carácter, quanta agilidade de gestão e de diplomacia será chamada a intervir. Corolário, talvez: a dissolução, de novo, cada um com as armas que tem e os «handicaps» que lhe assistem, ou que consente, na comunidade global.

## NOTAS

<sup>1</sup> O lugar de que falo situa-se no interior da província do Namibe, a leste da picada que liga a sede do município do Virei à povoação do Caraculo. A partir daí, desde 1992, tenho vindo a recolher materiais sobre a experiência corrente dos pastores kuvale enquanto actores do processo angolano.

<sup>2</sup> Southern African Development Community.